

PROJETO DE LEI Nº 002/2022, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

CÂMARA MUNICIPAL,
DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
APROVADO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 11/02/2022
SUC. PRES. 1º SEC.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **MARCELLANNE CRISTINA CARNEIRO SOBRAL**, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, sanciono a seguinte Lei:

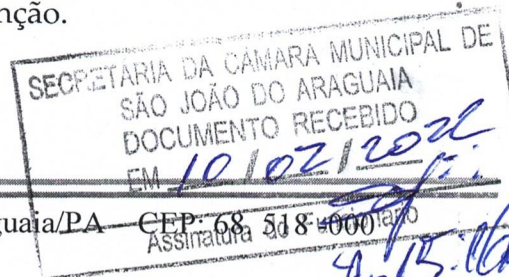
Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a contratação temporária e em regime excepcional de interesse público de servidores para complementar o quadro de pessoal conforme especificado no Anexo Único, que fica fazendo parte integrante desta Lei, a fim de manter as atividades essenciais da Administração Municipal.

Art. 2º - As contratações serão feitas observando o prazo de **1º de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022**, na forma estabelecida pela Lei Municipal Nº 1728/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São João do Araguaia); Leis Municipais nºs 2.143/2007 e 2.144/2007 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João do Araguaia, respectivamente.

Art. 3º- Define-se como situação de urgência a suspensão do último concurso público municipal determinado por decisão judicial, bem como, a necessidade da continuidade da prestação dos serviços públicos municipais.

Art. 4º- As contratações poderão atingir até o limite das vagas previstas no Anexo Único da presente Lei, respeitando-se os limites orçamentários vigentes para o exercício financeiro de 2022.

Art. 5º- Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a contratação de servidores em caráter temporário e excepcional, podendo inclusive ser cedidos a outros órgãos públicos estaduais ou federais, em casos de ausência de concursados a serem empossados e/ou a necessidade de preenchimento de exigências específicas da função.



Handwritten signature

Art. 6º- Fica vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei:

I – Receber atribuições, funções ou encargos não previstos ao respectivo contrato;

II – Ser nomeado, designado ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo ou função de confiança.

Art. 7º- O contrato firmado nos termos desta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – pelo término da necessidade temporária que deu causa à contratação.

Parágrafo Único - A extinção do contrato no caso do inciso II deste artigo será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitadas o limite do prazo de vigência dos relativos contratos.

Art. 8º- As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas através de rubrica própria do orçamento; não causarão impacto negativo no Orçamento Financeiro de 2022 e atendem ao disposto na LDO vigente; foram consideradas nas estimativas de Despesas da Lei Orçamentária Anual de 2022; não afetarão as metas de resultados fiscais previstos no anexo de metas fiscais previstos no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

Parágrafo Único - Ressalta-se que os cargos condizentes ao Anexo único desta Lei, foram previamente analisados para efeito de impacto aos gastos com pessoal, respeitando assim os ditames reportados aos limites constitucionais e a Lei 101/2000 –Lei de Responsabilidade Fiscal, não comprometendo as ações administrativas do Executivo Municipal.

Art. 9º- O tempo de serviço prestado nos termos desta Lei será computado para todos os efeitos legais.

Art. 10º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São João do Araguaia, Estado do Pará, em 11 de fevereiro de 2022.


Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
Prefeita Municipal

Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
PREFEITA MUNICIPAL S. J. A.

Anexo único do Projeto de Lei Nº 002/2022, de 11 de fevereiro de 2022.

RELAÇÃO DE CARGOS / QUANTIDADE

Nº	CARGO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE SAÚDE	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	SECRETARIA DE OBRAS	DEMAIS SECRETARIAS	TOTAL
01	VIGIA	25	14	01	03	06	49
02	SERVENTE	34	22	04	01	02	63
03	MOTORISTA CAT.D	11	02	01	04	03	21
04	AUX.OPERACIONAL	08	02	00	05	10	25
05	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	08	08	10	00	12	38
06	DIGITADOR	00	07	00	00	00	07
07	AGENTE ADMINISTRATIVO	00	15	00	00	00	15
08	NUTRICIONISTA	01	01	00	00	00	02
09	MECÂNICO GERAL	01	00	00	01	01	02
10	OPERADOR DE VEICULO NAÚTICO			01	01	00	02
11	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	00	00	00	04	00	04
12	ASSISTENTE SOCIAL	00	01	02	00	00	04
11	PROFESSOR NÍVEL I	16	00	00	00	00	16
13	PROFESSOR NÍVEL II	15					15
14	TECNICO EM ENFERMAGEM	00	21	00	00	00	21
15	AGENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	00	02	00	00	00	02
16	AUX.DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	00	03	00	00	00	03
17	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	00	00	00	00	00	00
18	ENFERMEIRO	00	07	00	00	00	07
19	TECNICO EM LABORATÓRIO	00	00	00	00	00	00
20	BIOQUIMICO/FARMACEUTICO	00	01	00	00	00	01
21	MÉDICO PLANTONISTA/HOSPITAL MUNICIPAL (DIVERSAS ESPECIALIDADES)	00	05	00	00	00	05
22	MÉDICO CLINICO GERAL-PSF/UBS	00	07	00	00	00	07
23	MÉDICO VETERINÁRIO	00	01	00	00	00	01
24	FISIOTERAPEUTA	00	01	00	00	00	01
25	ODONTÓLOGO-UNIDADE MÓVEL	00	01	00	00	00	01
26	ELETRICISTA	00	00	00	03	00	03
27	PSICÓLOGO	01	01	02	00	00	04
	TOTAL	120	122	21	22	34	319


Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
Prefeita Municipal

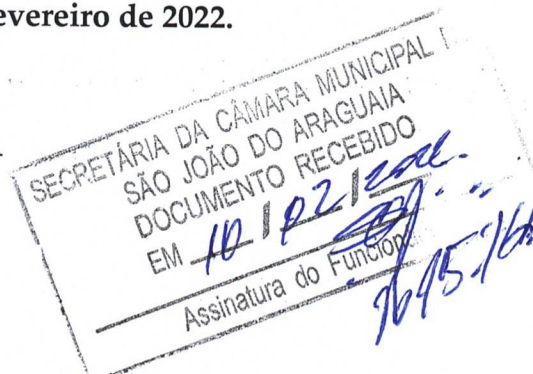

 Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
 PREFEITA MUNICIPAL S. J. A.

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 002/2022, de 11 de fevereiro de 2022.

JUSTIFICATIVA

EXMO. Sr. Vereador Presidente,

Nobres Edis



Encaminho a esta Egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 002/2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar servidores em caráter temporário e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e dá outras providências.

Primeiramente, destacamos que tais contratações são de relevante interesse público, tendo em vista a necessidade de continuidade de prestação de serviços de saúde pública à nossa população, bem como, o fato da paralisação por decisão judicial do andamento último concurso público municipal, motivo pelo qual, solicitamos a colaboração deste Poder Legislativo no intuito de apreciar e aprovar o presente Projeto de Lei.

Informamos que as contratações cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como respeita os limites orçamentários vigentes para o exercício financeiro de 2022.

Diante do exposto, vimos solicitar aos nobres Edis que a matéria ora encaminhada seja analisada e estudada, obtendo, em seguida, deliberação favorável em sua íntegra, em regime de urgência urgentíssima, com dispensa dos interstícios regimentais.

São João do Araguaia/PA, em 11 de fevereiro de 2022.

Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
Prefeita Municipal

Marcellanne Cristina Carneiro Sobral
PREFEITA MUNICIPAL S. J. A.